

CONTRIBUIÇÕES GEOGRÁFICAS PARA O APERFEIÇOAMENTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM CIDADES GÊMEAS

Geographical contributions to the improvement of the Bolsa Família Program in twin cities

Aportes geográficos a la mejora del Programa Bolsa Família en las ciudades gemelas

Lisandra Pereira Lamoso*
Giovane Silveira da Silveira **
Éder Damião Goes Kukiel***

* Universidade Federal da Grande Dourados – lisandralamoso@ufgd.edu.br

** Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – giovane.geoeconomia@gmail.com

*** Universidade Federal da Grande Dourados – kukielgeografia@gmail.com

Recebido em 16/11/2023. Aceito para publicação em 21/11/2023.
Versão online publicada em 22/12/2024 (<http://seer.ufrgs.br/paraonde>)

Resumo:

O Programa Bolsa Família é política pública de inclusão social que condiciona o recebimento de auxílio financeiro pelos beneficiários cadastrados a um conjunto de exigências como: a frequência escolar, realização de exames pré-natais, atualização da cobertura vacinal, acompanhamento de condições de saúde na primeira infância. Essas condicionalidades exigem um espaço geográfico dotado de materialidades, como escolas, postos de saúde, condições para mobilidade urbana, entre outras. Apresentamos, neste texto, propostas para aperfeiçoamento desse programa enfocando as condições dos municípios de fronteira, com recorte particular para os municípios sul-matogrossenses Ponta Porã, Corumbá e Ladário. Os resultados foram obtidos a partir de trabalho de campo realizado nos anos de 2017 e 2018, dados secundários, revisão bibliográfica e conclusões das teses de Silveira (2019) e Kukiel (2022). O conhecimento do território é estratégico para o aperfeiçoamento das políticas, pois estas devem incorporar custos e estratégias de superação dos pontos de estrangulamento no acesso ao cumprimento das condicionalidades e a absorção da condição de fronteira como compartilhamento do cotidiano.

Palavras-chave: Política pública. Fronteira. Bolsa Família.

Abstract:

The Bolsa Família Program is a public policy of social inclusion that conditions the receipt of financial aid by registered beneficiaries to a set of requirements such as: school attendance, prenatal exams, updating of vaccination coverage, monitoring of health conditions in the first infancy. These conditionalities require a geographic space endowed with materialities, such as schools, health centers, conditions for urban mobility and others. In this text, we present proposals to improve this program, focusing on the conditions of the border municipalities, with a particular focus on the municipalities of Ponta Porã, Corumbá and Ladário in the south of Mato Grosso do Sul. The results were obtained from fieldwork carried out in the years 2017 and 2018, secondary data, bibliographic review and conclusions of the theses by Silveira (2019) and Kukiel (2022). Knowledge of the territory is strategic for the improvement of policies, as these must incorporate costs and strategies for overcoming the bottlenecks in access to compliance with conditionalities and the absorption of the border condition as a sharing of daily life.

Keywords: Public policy. Border. Family allowance program.

Resumen:

El Programa Bolsa Família es una política pública de inclusión social que condiciona la recepción de ayudas económicas por parte de los beneficiarios registrados a un conjunto de requisitos como: asistencia escolar, exámenes prenatales, actualización de las coberturas de vacunación, seguimiento de las condiciones de salud en la primera infancia. Estas condicionalidades requieren de un espacio geográfico dotado de materialidades, como escuelas, centros de salud, condiciones para la movilidad urbana, entre otros. En este texto, presentamos propuestas para mejorar este programa, centrándonos en las condiciones de los municipios fronterizos, con especial atención a los municipios de Ponta Porã, Corumbá y Ladário, en el sur de Mato Grosso do Sul. Los resultados se obtuvieron del trabajo de campo realizado en los años 2017 y 2018, datos secundarios, revisión bibliográfica y conclusiones de las tesis de Silveira (2019) y Kukiel (2022). El conocimiento del territorio es estratégico para el perfeccionamiento de las políticas, pues éstas deben incorporar costos y estrategias para superar los cuellos de botella en el acceso al cumplimiento de condicionalidades y la absorción de la condición fronteriza como convivencia en la vida cotidiana.

Palabras clave: Política pública. Frontera. Programa de asignaciones familiares.

1. Introdução

Um dos obstáculos que uma política pública de inclusão pode enfrentar é a falta de informações, tanto por parte do público alvo como pela população que não é atingida diretamente, pois esta pode reduzir a potência do alcance dos benefícios.

Em Mato Grosso do Sul, durante o período de implantação de políticas de cunho neodesenvolvimentista, acompanhadas por programas de redução da desigualdade social, realizamos trabalho de campo com lideranças de diversos setores econômicos. Ao serem provocados a comentar, muitos expressaram um descontentamento com as políticas do Governo do Partido dos Trabalhadores principalmente com os programas Bolsa Família (BF) e Minha Casa Minha Vida (MCMV), entendidos como assistencialistas e, inclusive o primeiro, chamado pejorativamente de “bolsa esmola”. Os governos na época foram Governo Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Governo Dilma Rousseff (2011-2016).

No contexto neodesenvolvimentista, nos primeiros doze anos do início da década de 2000, estavam sendo aplicadas: políticas de valorização real do salário mínimo (com direta repercussão nos valores dos benefícios pagos pela previdência social); programas de financiamento estudantil; expansão de vagas no ensino superior; aumento das linhas de crédito de financiamento estudantil; oferta de bolsas de estudo; ocorria o aquecimento do setor da construção civil via obras do Programa de Aceleração do Crescimento; concessões público-privadas; retomada da construção civil atuando em habitação, com oferta de empregos formais e seus efeitos multiplicadores, como o aumento de vagas formais em empresas terceirizadas,

prestadoras de serviços os mais diversos. Este conjunto de ações, ao diminuir o desemprego, também foi responsável por reduzir a oferta de mão de obra disponível e, muitas vezes, encarecê-la.

Diversos empresários e lideranças políticas apontavam seu descontentamento com a políticas como o Bolsa Família porque entendiam, equivocadamente, ser o mesmo responsável pela falta de mão de obra, pela paralisia que teria provocado ao “oferecer renda sem trabalho”. Além disso, a classe média, afetada pela perda do poder aquisitivo, via encarecer serviços relevantes para o funcionamento do seu espaço doméstico e seu cotidiano e, parte dela, costumeiramente formadora de opiniões nos mais diversos espaços do país, também incorporou o discurso de descontentamento com o Bolsa Família. Várias avaliações nesse sentido já estão documentadas pela literatura, em trabalhos como o de Singer (2026 e 2018), Souza (2015) entre outros.

Nos anos iniciais do BF, e mesmo no seu auge, os valores pagos não seriam suficientes para manter as responsáveis pela família em situação de conforto ou desemprego opcional. Para termos uma noção, para famílias que apresentassem renda per capita mensal de até 154 reais, o valor do benefício recebido era de 35 reais por criança ou adolescentes de 0 a 15 anos, para termos uma ideia.

Para muitas mães de crianças pequenas, ainda pesava a carência de creches ou espaços adequados para deixarem os filhos caso voltassem ao mercado de trabalho. Na alegada falta de mão de obra, o BF teve pouca responsabilidade. Foi, no entanto, uma transformação qualitativa na superação da pobreza extrema. Diversas pesquisas comprovaram seus efeitos no acesso à atenção básica (Facchini *et al.*, 2013), na melhoria do desempenho escolar (Cireno *et al.*, 2013), em mais horas de permanência nas escolas (Silveira *et al.*, 2013), melhoria das condições de saúde (Santos *et al.*, 2013) e redução da mortalidade infantil (Rasella *et al.*, 2013), entre vários outros achados positivos, fartamente documentados.

Os resultados do BF foram avaliados e serviram de inspiração para políticas ao redor do mundo. Um êxito da expertise nacional, dos formuladores e agentes de campo, das pressões da sociedade civil organizada e de parte da classe política comprometida com a redução da desigualdade social. Com a possibilidade da retomada do Programa em outros termos e outro momento histórico, justificamos este texto, que apresenta um conjunto de reflexões acumuladas sob a perspectiva

geográfica de beneficiários que moram em cidades na fronteira brasileira, em particular Corumbá, Ladário e Ponta Porã, todas no Estado de Mato Grosso do Sul.

Nossas reflexões estão pautadas na revisão bibliográfica, em trabalho de campo e, predominantemente, nos resultados de teses de doutorado produzidas por Silveira (2019) e Kukiel (2022). Além desta Introdução, este texto apresenta uma breve caracterização dos aspectos intrínsecos ao funcionamento dessa peculiar política e, em seguida, a título de considerações finais, seis proposições para o aperfeiçoamento do Programa.

2. As características intrínsecas do Programa

A primeira característica de força do Programa foi o fato dele trabalhar com critérios objetivos para seleção dos beneficiários e entregar a eles, diretamente, os recursos. Isto rompeu com práticas clientelistas que subordinavam as pessoas em condição de vulnerabilidade levando-as a acessarem recursos mediante troca de favores políticos, voto, apoio ou o que valha.

A Geografia, clássica estudiosa dos problemas do desenvolvimento regional, já tem estudos acumulados sobre o peso das relações de poder e o quanto elas subordinam frações de classe ao conservadorismo político.

Para Cataia (2007) o poder não se exerce territorialmente só de cima para baixo, dos altos escalões territoriais para baixo, mas a estrutura do poder baseia-se, também, no poder que emana dos escalões inferiores. Uma segunda característica é a incorporação da questão de gênero, ao valorizar a mulher como beneficiária e o fato dela conhecer as necessidades da família.

O recebimento do benefício está condicionado ao cumprimento de algumas exigências, tais como: manter as vacinas atualizadas, frequência escolar, acompanhamento pré-natal.

A exigência de contrapartida dos beneficiários resulta em engajamento nas ações em seu próprio benefício e de seus dependentes.

O resultado desse envolvimento é, invariavelmente, superior ao valor monetário do benefício. Para receber o benefício, por exemplo, é necessário (no caso de gestantes) que se faça o pré-natal e o acompanhamento da gravidez com consultas periódicas.

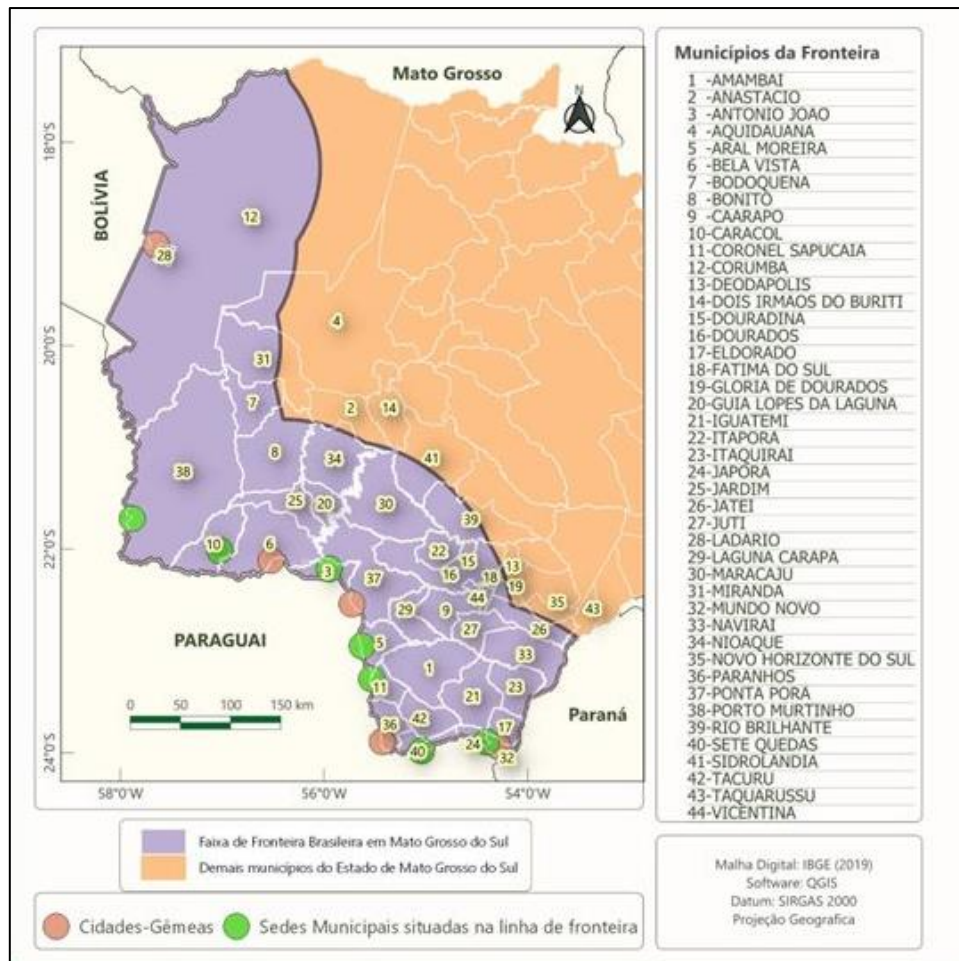
No caso de crianças menores de sete anos de idade, os responsáveis devem manter o cartão de vacinação em dia, acompanhamento do ganho de peso, do crescimento e desenvolvimento.

Crianças de 6 a 15 anos devem estar matriculadas na rede de ensino, com frequência escolar mínima de 85%. Para adolescentes, entre 16 e 17 anos, frequência de 75%. Manter as condicionalidades é um ganho direto para os beneficiários. Além desse acompanhamento, que se traduz em melhoria das condições de saúde e no aproveitamento da educação formal, o mecanismo de triagem fez o poder público reconhecer e conferir visibilidade a milhares de pessoas que passaram a constar no Cadastro Único (CAD), uma ferramenta extremamente eficiente para a elaboração, acompanhamento e avaliação de políticas públicas sociais.

Nesse estudo, particularizamos três municípios localizados na faixa de fronteira do estado do Mato Grosso do Sul. Na figura 1 é apresentamos a distribuição espacial dos municípios situados na faixa de fronteira de Mato Grosso do Sul na qual os municípios de Corumbá, Ladário e Ponta Porã são identificados pelos números 12, 28 e 37, respectivamente.

A cidades gêmeas estão presentes, representando a condição de maior proximidade, trocas, relações cotidianas compartilhadas por afetos, deslocamentos, empregos lá e cá da fronteira, como algo mais unido que separado e isso faz muita diferença nas características intrínsecas que esse programa adquire no território. O compartilhamento é um elemento diferencial que deve ser considerado pela política, como pretendemos argumentar ao longo deste texto.

Figura 1: Faixa de Fronteira de Mato Grosso do Sul.



3. Um Programa com efeitos diretos e indiretos

Para além dos benefícios alcançados com as condicionalidades, houve efeitos nas atividades econômicas do circuito inferior e superior da economia urbana. A teoria dos dois circuitos da economia urbana foi proposta por Milton Santos (1979), que explica a complexa coexistência e interação mediadas pela modernização tecnológica de dois circuitos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços, sendo o circuito superior composto por atividades formais, de maior escala, que incorporam processos modernos e mantêm relações mais estreitas com a economia global, enquanto as atividades do circuito inferior são em menor escala, mais informais e diretamente relacionadas às demandas cotidianas locais. Para aprofundar, consultar Santos (1979).

Em Corumbá e Ladário, houve um significativo aumento do número de estabelecimentos que comercializavam alimentos durante o período pesquisado, de

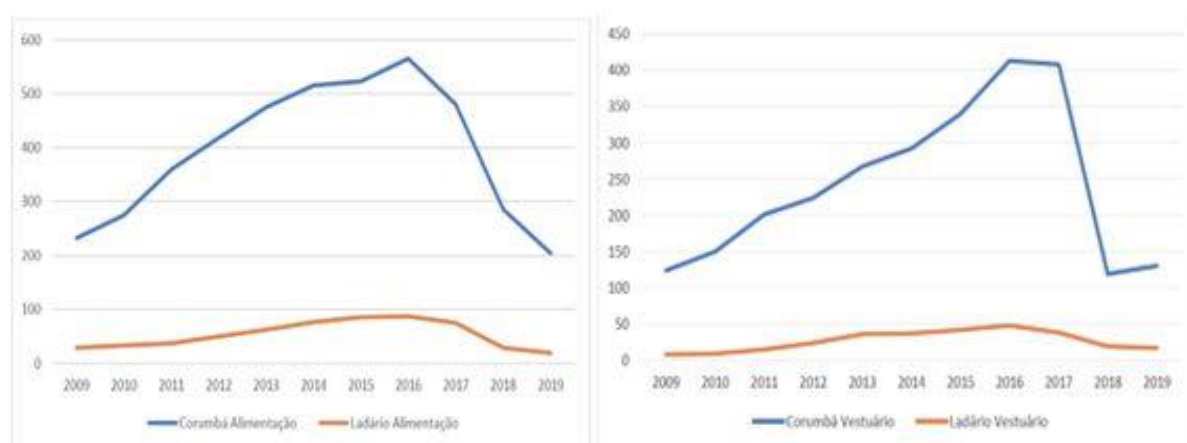
2009 a 2019 (Ver Figura 2). Nos municípios mencionados, houve expansão de feiras de roupas usadas, de hortifrútis, mercados nos bairros, integração comercial com a Bolívia, que é a origem de muitas mercadorias vendidas nas mercearias e pequenos comércios de bairro (Kukiel, 2022). Como pode ser observado na Figura 2, o aumento do número de estabelecimentos que comercializam alimentos foi expressivo no período, até alcançar o pico no ano de 2016.

Os estabelecimentos que comercializam peças de vestuário também foram dinamizados pelos recursos do Programa, aumentaram em número e variedade de peças comercializadas. A proximidade com a Bolívia facilitou a expansão da figura dos comerciantes bolivianos, que expandiram o comércio de roupas e alimentos, aproveitando a mão de obra familiar e gerando alguns postos de trabalho assalariado.

Na Figura 2 também apresentamos o aumento do número de estabelecimentos e a sua queda, quando houve redução dos recursos destinados ao programa.

Os municípios pesquisados, por estarem distantes de outros centros urbanos, deram uma boa medida do que ocorreu com o comércio quando houve injeção de recursos via pagamentos aos beneficiários, pois todo o dinheiro foi utilizado em compras de gêneros de primeira necessidade, como alimento e vestuário, além de material escolar e de construção para melhoria das condições de habitação.

Figura 2 – Número de estabelecimentos que comercializaram alimentos e vestuário em Corumbá e Ladário entre 2009 e 2019.



Fonte: Junta Comercial, 2021. Elaborado por Eder Kukiel.

Em Corumbá e Ladário, o arranjo espacial apresenta controles aduaneiros, restrições comerciais e burocracias que dificultam o comércio e o fluxo de pessoas. Além do caso específico dessa cidade gêmea (Corumbá/Puerto Quijarro e Puerto

Suarez, na Bolívia), a deficiente infraestrutura de transporte público dificulta que pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família tenham acesso ao lado boliviano da fronteira para realizar suas compras. Dessa forma, praticamente todo o valor recebido por essas famílias é utilizado, de forma exclusiva, nessas duas cidades de Mato Grosso do Sul.

Podemos perceber, na Figura 3, que há uma distância entre as duas cidades, além da condição de controle de passagem, pelos postos de fiscalização.

O mapeamento da localização dos beneficiários do PBF de Corumbá e Ladário confirmou que a concentração de famílias em situação de vulnerabilidade coincidia com os locais de oferta limitada de serviços públicos, como transporte e infraestrutura urbana, fato que dificulta o acesso aos serviços e recursos que fazem parte das condicionalidades como escolas e postos de vacinação.

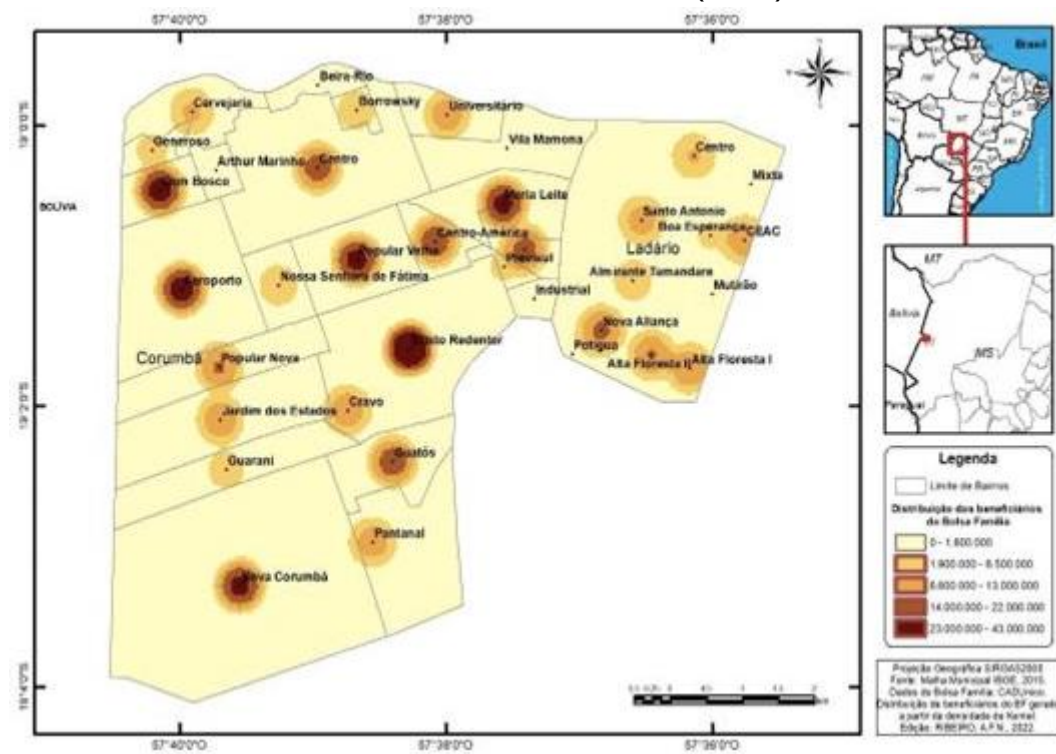
Figura 3 – Núcleos urbanos na fronteira Bolívia-Brasil (Puerto Suárez, Puerto Quijarro, Corumbá e Ladário).



Fonte: Google Maps

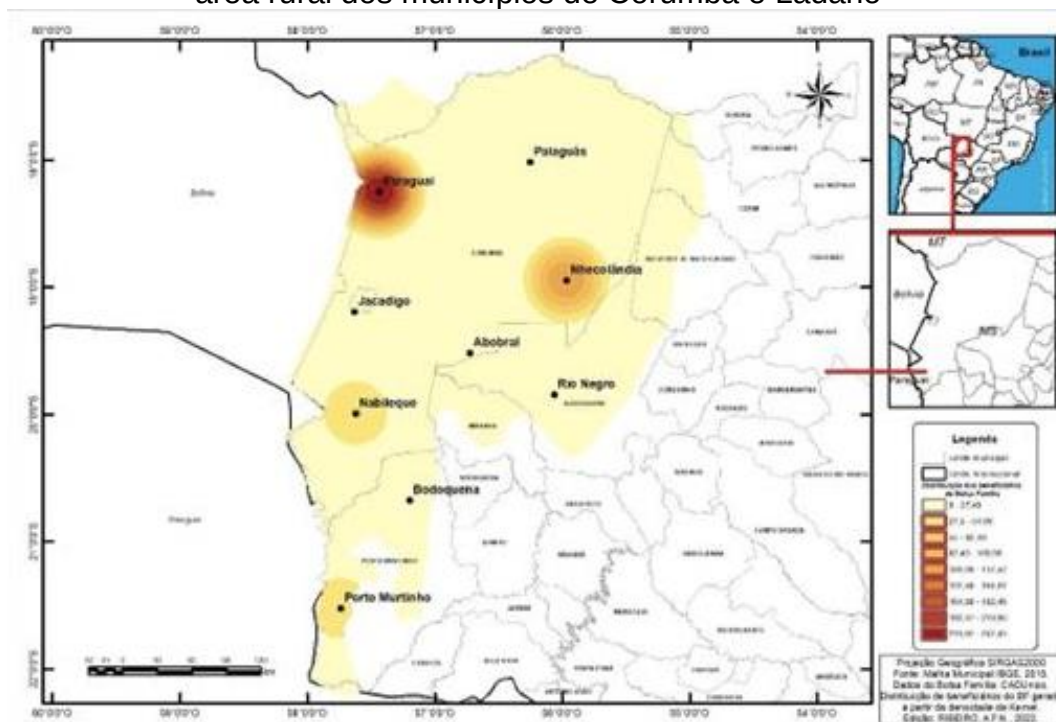
Nestes dois municípios, embora tenha havido alguma concentração nos bairros do centro da cidade, Maria Leite, Cristo Redentor, Dom Bosco, Aeroporto, Nova Corumbá (Ver Figura 4), os beneficiários estão distribuídos por toda planta urbana, além dos distritos e comunidades ao longo do Rio Paraguai (Ver Figura 5).

Figura 4 - Localização dos beneficiários do Programa Bolsa Família nos municípios de Corumbá e Ladário – MS (2019).



Fonte: Kukiél, 2022.

Figura 5 - Localização dos beneficiários do Programa Bolsa Família residentes na área rural dos municípios de Corumbá e Ladário



Fonte: Kukiél, 2022.

Qualquer política pública no Pantanal é desafiada pelas características deste bioma, que impõe o regime das águas do Rio Paraguai e seus afluentes ao cotidiano das famílias. Aqueles que moram nos Paiaguás, Nhencolândia ou Nabileque, tem que vir para cidade em lanchas ou barcos. As crianças frequentam a chamada Escola das Águas, em regime de internato, muitas são transportadas pelos barcos adquiridos com verbas federais (Ver Figura 6).

Os gastos do benefício são utilizados para pagar o deslocamento de lancha, o deslocamento terrestre ou as taxas cobradas pelos supermercados para levar as compras até a barranca do rio, em data e horário previamente combinados.

Muitas famílias conseguem renda através da venda de peixes, que fica proibida no período do defeso. Pela legislação, é proibido o acúmulo de dois benefícios, o seguro Defeso e o BF e este último é interrompido quando entra o seguro Defeso. A burocracia é uma dificuldade, pois estas pessoas já contam com despesas para deslocarem-se até à cidade, além do que, os ganhos com a pesca nem sempre são suficientes para o sustento de todos. É preciso rever a norma do acúmulo, a partir de critérios objetivos, pautados nos custos de sobrevivência.

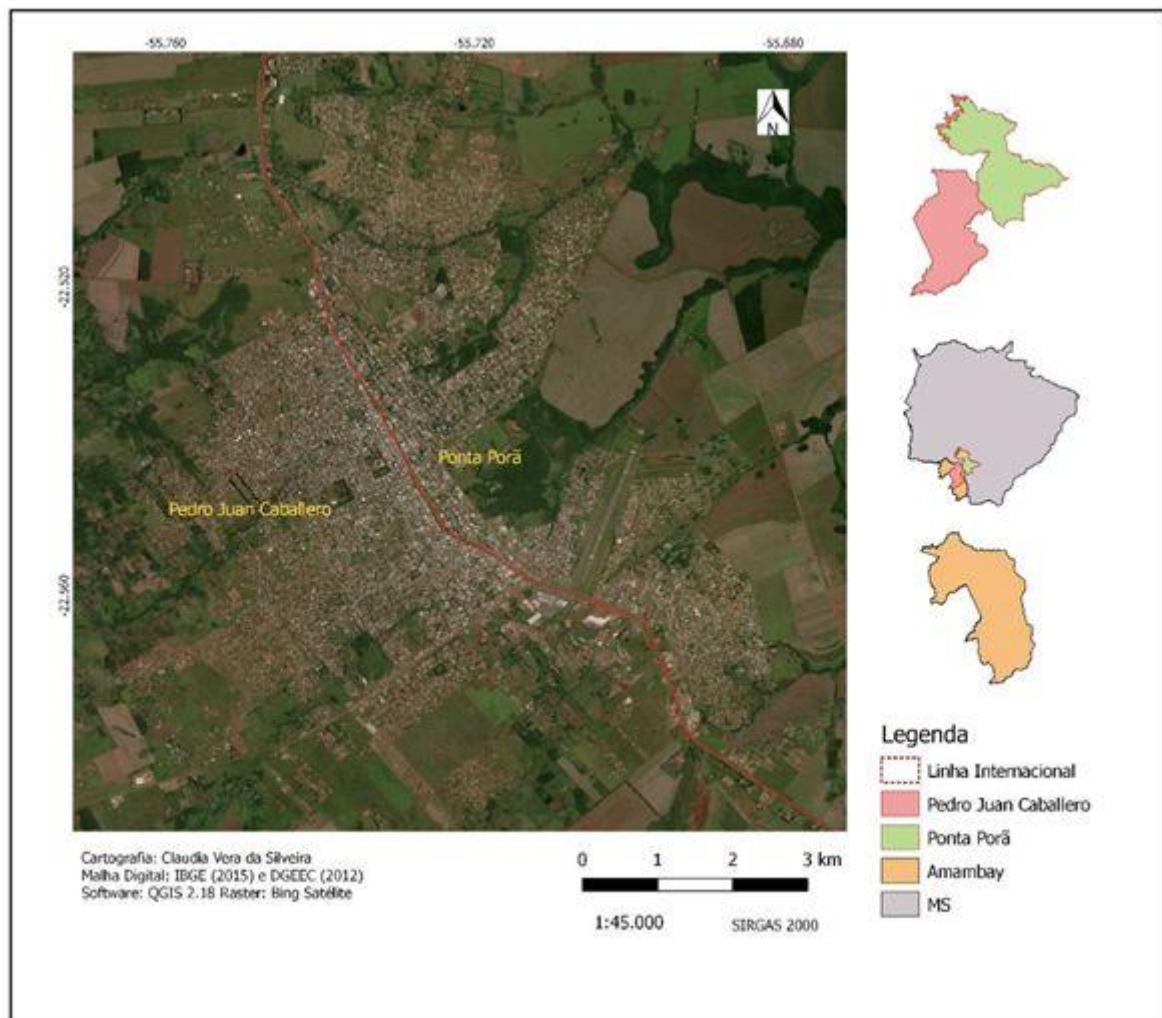
Figura 6 - Escola das Águas Polo São Lourenço e barco de transporte escolar



Fonte: Arquivo Escola das Águas. Foto de Patrícia Zerlotti.

Já no município de Ponta Porã, tem-se uma linha de fronteira seca com livre trânsito de pessoas de um país para o outro (Ver Figura 7). Nesse caso, as pessoas que estão no Paraguai podem acessar o comércio de bens e serviços no Brasil e vice-versa. Na Figura 8, destacamos na cor laranja, no lado paraguaio, o município de Pedro Juan Caballero e a parte em verde, a que representa a área urbana da cidade de Ponta Porã, no Brasil. A linha tracejada representa a divisão internacional entre Brasil e Paraguai e as esferas o número de pessoas beneficiárias em cada setor censitário da área urbana.

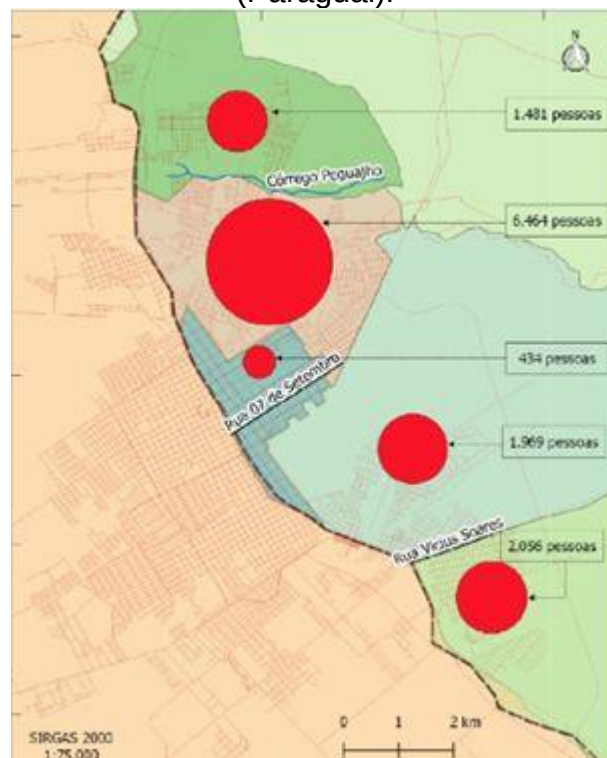
Figura 7 - Conurbação entre Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai) imagem do ano de 2019.



Fonte: Kukiel, 2022.

A distribuição dos beneficiários de Ponta Porã, ao contrário de Corumbá e Ladário, é mais concentrada, embora também conte com os moradores do distrito de Sanga Puitã e aqueles que estão no Assentamento Itamarati (Ver Figuras 8 e 9).

Figura 8: Distribuição dos beneficiários do Programa Bolsa Família na área conurbada do município de Ponta Porã (Brasil) com Pedro Juan Caballero (Paraguai).

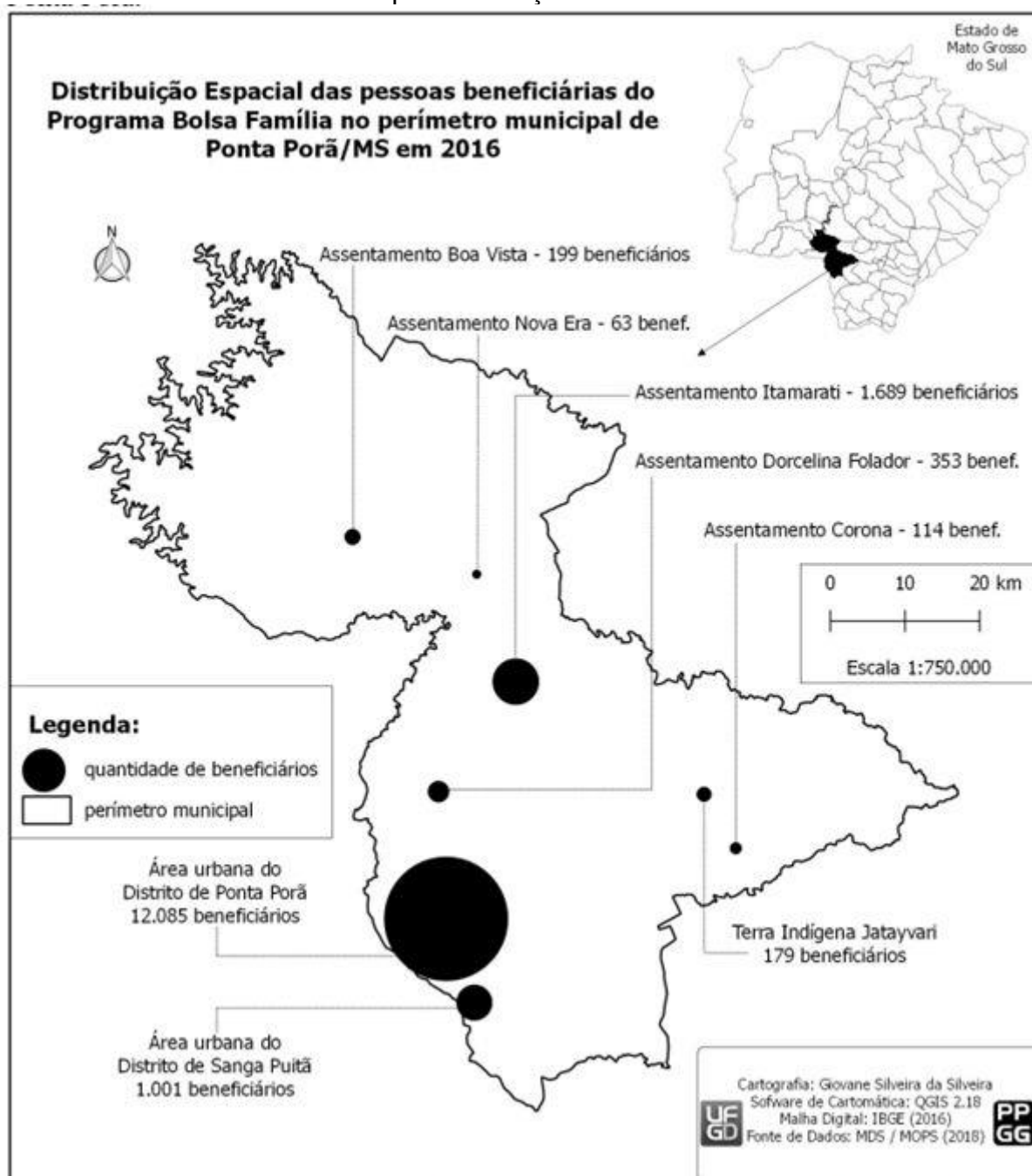


Fonte: Silveira (2019)

A malha urbana da cidade de Pedro Juan Caballero (Paraguai) está muito próxima da malha urbana de Ponta Porã, Brasil. As vias urbanas atravessam a linha de fronteira e recebem uma nomenclatura em cada país. Essa conurbação, com fronteira seca, sem a presença de um rio ou outro obstáculo natural, possibilita o acesso ao comércio paraguaio por beneficiários brasileiros do Programa Bolsa Família.

Vale destacar que um dos requisitos para receber o benefício do programa é residir no território brasileiro. Assim, brasileiro que reside no Paraguai não pode ser beneficiário do programa, todavia o paraguaio que reside legalmente em território brasileiro, cumpridas as exigências do programa, tem o direito de participar como beneficiário.

Figura 9 - Distribuição Espacial dos Beneficiários do Programa Bolsa Família no município fronteiriço de Ponta Porã



Fonte: Silveira (2019)

Para receber o recurso monetário, os beneficiários do PBF do município de Ponta Porã, precisam chegar às Casas Lotéricas ou à unidade da Caixa Econômica Federal, ambas localizadas no centro da cidade, próximos à linha internacional. Após o saque, os beneficiários se movimentam para o comércio da cidade de Pedro Juan Caballero, no Paraguai. No Paraguai eles conseguem adquirir itens, como alimentos, produtos de higiene, de vestuário e material escolar.

Aqueles que utilizam do transporte urbano para o deslocamento dos bairros para o centro urbano, aproveitam a proximidade dos serviços bancários junto a linha internacional para gastar parte do seu benefício no comércio do país vizinho, pois já aproveitam a despesa com o transporte de uma vez só.

Um elemento determinante no valor gasto pelo beneficiário no país vizinho está relacionado diretamente com a taxa de câmbio entre as moedas real (Brasil) e guarani (Paraguai). A variação no preço da moeda estrangeira, guarani, frente ao real do Brasil, tem um impacto imediato no poder de compra do beneficiário do Programa Bolsa Família da cidade de Ponta Porã.

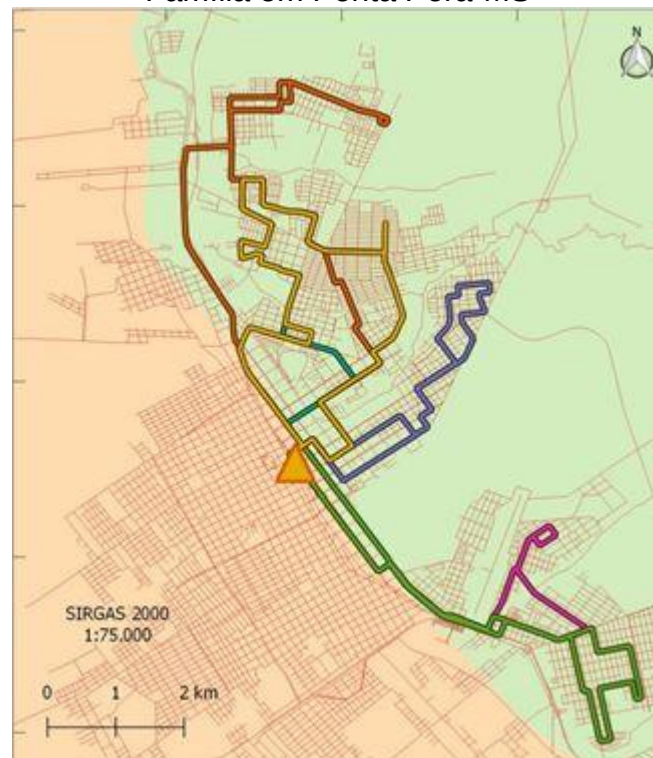
Sob influência da oscilação da taxa de câmbio, se o preço da moeda estrangeira diminui, então é possível comprar mais produtos com uma quantidade igual ou menor da moeda real. Já, se o preço da moeda paraguaia aumenta, então será necessária uma quantidade maior de reais para comprar a mesma quantidade de produtos adquiridas anteriormente.

Isso é importante porque uma parte das compras, como fraldas descartáveis, tem um custo mais barato no Paraguai, são mercadorias disponibilizadas na rede de comércio informal, chamados popularmente de “camelódromos”. Embora possa parecer supérfluo, as creches solicitam a entrega de fraldas que sejam descartáveis, pois não tem condições de fazer o atendimento às crianças de outra forma.

Além das compras no país vizinho, também ocorre o gasto no próprio comércio dos bairros. Para o beneficiário da fronteira, há três opções de comércio: no próprio bairro, no centro da cidade e no país vizinho, sendo este terceiro acessado no momento do saque e na dependência da taxa de câmbio. Quando a taxa está desfavorável, a compra de mantimentos, por exemplo, será realizada nos supermercados localizados no território brasileiro que se encontram aglomerados no centro da área urbana do município de Ponta Porã. O recurso monetário do programa não é gasto de uma só vez em uma compra no supermercado do centro da cidade, uma parte do recurso é retida pelo beneficiário para compras, também, no comércio local do bairro.

Na figura 10 tem-se as linhas de ônibus utilizadas pelos beneficiários para acessar a área conurbada de Ponta Porã (Brasil) com Pedro Juan Caballero (Paraguai) a fim de realizar o saque do benefício na Caixa Econômica Federal e Casas Lotéricas.

Figura 10 - Linhas de ônibus utilizadas pelos beneficiários do Programa Bolsa Família em Ponta Porã-MS



Fonte: Silveira (2019)

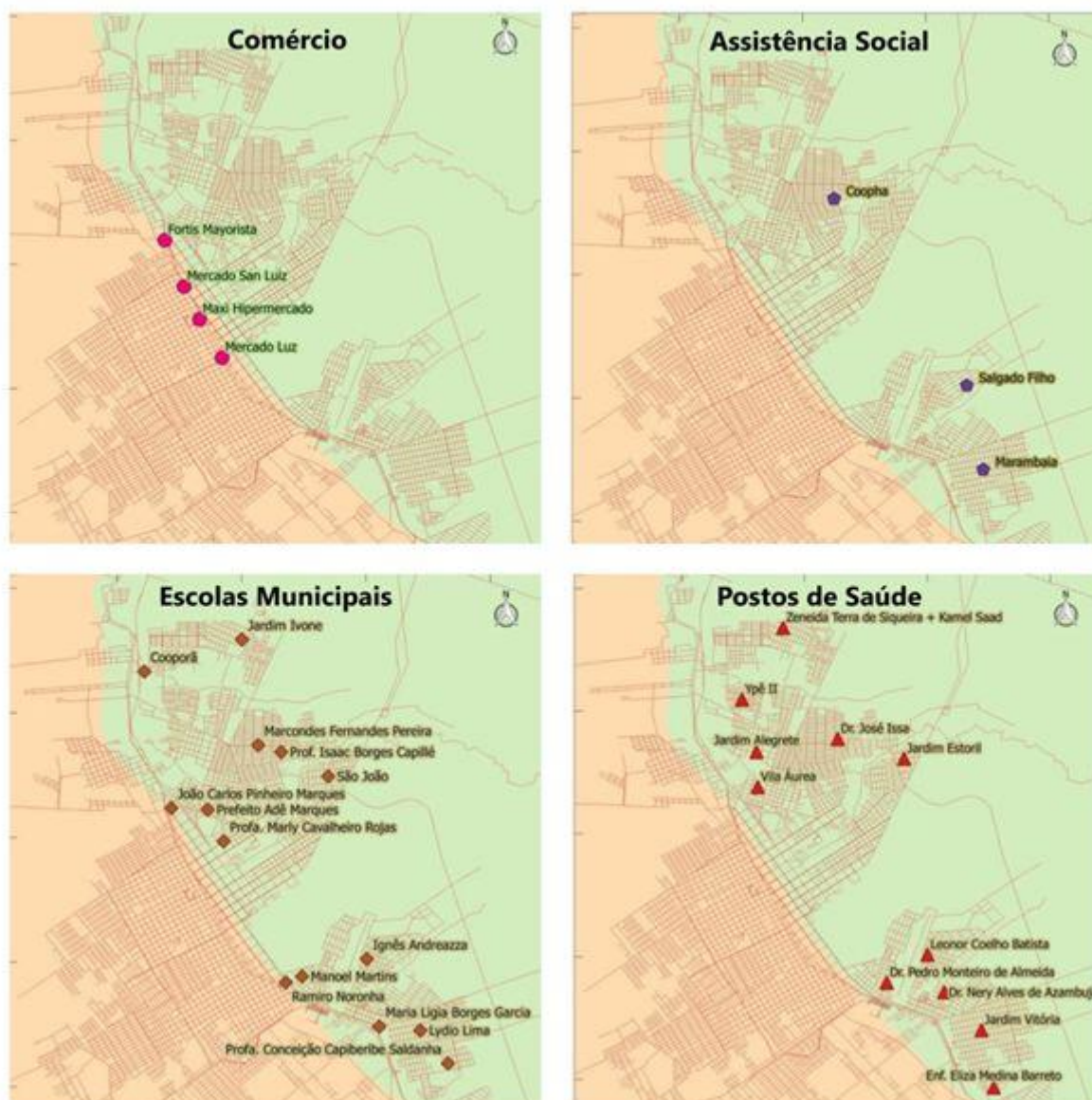
Na figura 10, cada linha de ônibus é representada por uma linha colorida e o triângulo amarelo representa o terminal de ônibus que está situado a poucos metros da linha internacional de divisão entre os dois países, Brasil (verde) e Paraguai (laranja). Em frente ao terminal rodoviário situa-se uma casa lotérica no lado brasileiro e um supermercado no lado paraguaio. Por conseguinte, o beneficiário do Programa Bolsa Família que se desloca do bairro para o centro da cidade, ao desembarcar no terminal rodoviário pode sacar o recurso monetário do programa e realizar sua compra de mantimentos.

Na figura 11, temos a localização dos equipamentos urbanos de uso coletivo utilizados pelos beneficiários do BF na área urbana de Ponta Porã, como postos de saúde e escolas, além dos centros de referência em assistência social (CRAS). Notamos que a localização destes equipamentos está mais próxima dos bairros do que do centro da cidade.

Assim, o cumprimento das condicionalidades na área de saúde e educação além das atualizações do Cadastro Único dos Programas Sociais pode ser realizada nas proximidades de residência do beneficiário do Programa Bolsa Família (esta é

uma condição que não se observa da mesma maneira em Corumbá e Ladário) já o saque do recurso é realizado no centro da área urbana, próximo do comércio paraguaio de produtos de higiene, limpeza, alimentação, vestuário e material escolar. Sendo o uso do transporte coletivo um dos elementos essenciais para a efetivação do deslocamento dos bairros para o centro da cidade.

Figura 11: Equipamentos urbanos de uso coletivo utilizados pelos beneficiários o Programa Bolsa Família na área urbana de Ponta Porã-MS.



Fonte: Silveira (2019)

Sobre distribuição espacial dos beneficiários do PBF no município de Ponta Porã, além da área urbana, também há beneficiários no distrito de Sanga Puitã e no Assentamento Itamarati, já representado na figura 9. Tanto o Distrito de Sanga Puitã

quanto o Assentamento Itamarati contam com escolas municipais e postos de saúde, nos quais os beneficiários podem cumprir as condicionalidades de educação e saúde. Sanga Puitã pode ser atendida pelo CRAS que está na área sul de Ponta Porã, ou seja, Salgado Filho ou Marambaia, já os beneficiários do Assentamento Itamarati podem atualizar seu cadastro no CRAS que está ao norte da área urbana de Ponta Porã, ou seja, Coopha.

Para efetuar a atualização no CRAS, saque do benefício e compras no comércio paraguaio, também conhecido como comércio da linha de fronteira, tais beneficiários também se utilizam do transporte coletivo urbano. Neste momento, assim como para os demais usuários dos serviços de transporte, o preço das passagens é um fator relevante, que consome parte dos benefícios, podendo chegar a diluir os efeitos positivos dos recursos, que são “desviados” dos objetivos principais.

4. Considerações Finais

Pensando em um diálogo direto com os formuladores de políticas públicas, sintetizaremos, a título de conclusão, seis proposições para o aperfeiçoamento do Programa Bolsa Família, considerando os resultados de pesquisa nos municípios sul-matogrossenses de Corumbá, Ladário e Ponta Porã que, cada qual com suas especificidades, estão localizados na faixa de fronteira e próximos às cidades vizinhas de Puerto Suarez/Puerto Quijarro (Bolívia) e Pedro Juan Caballero (Paraguai).

1) O espaço geográfico revela-se como instância representando sua materialidade na forma dos objetos, como Santos (1996) nos chamou a atenção. Esses objetos são variados, por exemplo as unidades de pagamento (Caixa Econômica Federal, Casas Lotéricas), os Centros de Referência e Assistência Social (CRAS), os estabelecimentos de ensino, os postos de saúde, os pontos de ônibus, os estabelecimentos comerciais, entre outros.

A organização dessa materialidade interfere na maior ou menor eficiência no êxito do programa, pois a maior parcela de beneficiários são mães com filhos pequenos, com limitadas condições de deslocamento. Sacar o dinheiro não pode ter um custo que comprometa os valores que já são pequenos frente às necessidades. Escolas, postos de saúde, sedes do CRAS devem ser pensados para, na medida do possível, estejam acessíveis. Nas condições em que isso não ocorre, se reduz o êxito

do programa. Em Ponta Porã, o fato do maior assentamento da região contar com beneficiários e a rede de suporte, é um fator positivo que deve ser replicado.

2) Sugerimos que os próprios veículos utilizados para transporte escolar, possam ser realocados periodicamente para o transporte dos beneficiários nos dias de pagamento do benefício, considerando aqueles que estão nos distritos, na área rural, nos assentamentos, em moradias mais distantes do núcleo urbano. Isso possibilitaria economia de recursos para os beneficiários, além de facilitar o deslocamento das mães que precisam levar os filhos junto. Não há acesso às condicionalidades nem ao consumo sem que os fluxos sejam possíveis

3) Muitas famílias beneficiadas pelo BF são empreendedoras e possuem pequenos negócios locais, como vendas informais (brechós, peças de vestuário novas, vendas de cosmético, produção e venda de produtos alimentícios) ou prestação de serviços (diaristas, limpezas de quintal etc.). O aumento do poder de compra dessas famílias permitiu impulsionar esses negócios, gerando renda adicional e fortalecendo a economia local. Sugere-se ao poder público a oferta de programas de capacitação e treinamento para empreendedores de pequenos negócios. Quando isso ocorreu, os resultados foram positivos.

Também é uma proposta a ser replicada. Esses programas podem abranger diversas áreas, capacitando essas famílias e aumentando suas chances de sucesso, contribuindo para o crescimento econômico local. O poder público pode estabelecer parcerias com entidades locais, como associações comerciais e organizações da sociedade civil, para promover o apoio aos pequenos negócios.

Essas parcerias podem envolver a oferta de serviços de consultoria, proporcionando recursos e suporte adicional a essas famílias que fazem parte desse programa, em especial as mulheres que representam quase a totalidade dessas empreendedoras. Durante a pesquisa observamos que o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), realizava alguns cursos voltados a esse público em Ponta Porã, com o intuito de fortalecer esses empreendimentos familiares de pequeno porte. Estas iniciativas devem ser multiplicadas pelo território.

4) Uma avaliação criteriosa dos custos do recebimento de dois benefícios, (no caso do seguro defeso e do BF) para os beneficiários que tem o sustento com a atividade da pesca, no Pantanal. As condições de reprodução são diferentes. Ainda existe uma economia que se movimenta com as trocas de mercadorias, também

situações nas quais são gastos dois dias para chegar à cidade, dependendo da distância e das condições de navegação. A renda com a pesca, é necessário reavaliar, nem sempre atende às necessidades básicas, de famílias numerosas. O valor do benefício poderia ser complementado aos ganhos com a venda do pescado.

5) Avaliar a possibilidade de serviços itinerantes, como a pesagem das crianças, cadastramento, atualização de cadastros, campanhas de vacinação e outros, incluídos no programa, para os moradores das comunidades rurais de difícil acesso, como as que estão na Nhecolândia, Paiaguás, Nabileque, no Pantanal, ou em Sanga Puitã, Terra Indígena Jatayvari, assim como outras localidades e bairros periféricos com maior quantidade de beneficiários, o que já é possível reconhecer, pelo próprio mapeamento apresentado pelas pesquisas.

6) A paradiplomacia deve ser mais atuante no sentido de oficializar, regulamentar, facilitar o intercâmbio que é inerente da vida na fronteira, como o comércio dos bolivianos, a documentação dos brasiguaios, a dupla nacionalidade, os comprovantes de residência, matrículas escolares... tudo que possa ser facilitado, pois na fronteira, a vida não acontece nos limites, mas apesar deles. Os orçamentos podem ser compartilhados e negociados via acordos de cooperação internacional.

Esperamos que as sugestões possam contribuir com o aperfeiçoamento do Programa Bolsa Família, pois este é importante para proporcionar um alívio imediato à pobreza e criar condições de maior inclusão social. Ele permite melhorar o acesso à educação formal e aos serviços que melhoram da saúde das famílias beneficiadas, além de dinamizar o mercado de consumo local, aliviando a pressão financeira sobre essas famílias, com resultados indiretos na geração de emprego e renda.

5. Referências

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (orgs.) *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília : IPEA, 2013. Uma década Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2082/4/Livro-Programa Bolsa Familia-uma d%c3%a9cada de inclus%c3%a3o e cidadania.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2082/4/Livro-Programa%20Bolsa%20Fam%20lia-uma%20d%20c%20a%20cada%20de%20inclus%20o%20e%20cidadania.pdf)

CATAIA, Márcio. A relevância das fronteiras no período atual: unificação técnica e compartimentação política dos territórios. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona. Depósito Legal: B. 21.741-98 Vol. XI, núm. 245 (21), 1 de agosto de 2007

CIRENO, Flávio et al. Condicionais, desempenho e percurso escolar de beneficiários do Programa Bolsa Família. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (orgs.). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília : IPEA, 2013. p.297-304

FACCHINI, Luiz Augusto et al. Desempenho da atenção básica em beneficiários do Bolsa Família: contribuições à redução de desigualdade em saúde. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (orgs.). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília : IPEA, 2013.p.273-284

KUKIEL, Éder Damião Goes. *Repercussões dos Programas Bolsa Família e Vale Renda no comércio varejista dos municípios de Corumbá e Ladário – Mato Grosso do Sul*. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2022, 203p.

RASELLA, Davide et al. Efeitos do Programa Bolsa Família sobre a mortalidade em crianças: uma análise nos municípios brasileiros. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (orgs.). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília : IPEA, 2013.p.247-262

SANTOS, Leonor Maria Pacheco et al. Menor ocorrência de baixo peso ao nascer entre crianças de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (orgs.). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília : IPEA, 2013.p.263-272

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo : Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países desenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SILVEIRA, Giovane Silveira da. *O Programa Bolsa Família na fronteira Brasil-Paraguai: compreendendo dificuldades e particularidades dos beneficiários do município de Ponta Porã-MS*. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019. 255p.

SILVEIRA, Fernando Gaiger et al. Impactos do Programa Bolsa Família na alocação do tempo entre escola e trabalho de crianças e adolescentes de 10 a 18 anos. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (orgs.). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília : IPEA, 2013.p.305 – 327.

SINGER, André. *As contradições do Lulismo*. 1ed. São Paulo : Boitempo, 2016.

_____. *O Lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. 1ed. São Paulo : Companhia das Letras, 2018

SOUZA, Jessé. *A tolice da inteligência brasileira ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo : LeYa, 2015.